

Ata da IV Reunião de Trabalho do Comitê Tempo de Justiça 2023

ATA CTJ N°	04/2023
Título	Reunião do Comitê do Tempo de Justiça
Local	Sala da Associação Cearense dos Magistrados - ACM
Data	29/06/23
Horário	10:00 às 13:00

Participantes:

Nome	Instituição	Função
Desa. Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves	TJCE	Desembargadora
Dra. Jacinta Inamar Franco Mota Queiroz	TJCE	Juíza da 13ª Vara Criminal
Dra. Márcia Lopes Pereira	MPCE	Promotora de Justiça
Dr. Leonardo Antônio de Moura Junior	DPCE	Defensoria Pública
Dra. Valência Alves	TJCE	Juíza da 5ª Vara do Júri
Paulo Ítalo Sales Carlos Alves	Vice Gov	Ass. Especial da Vice-Governadoria
Karlos Raphael Bezerra	ViceGov	Vice Governadoria
Dr. Ricardo Gonçalves Pinheiro	DHPP	Diretor da DHPP
José Ivo de F. Lima	ViceGov	Agente de Informação do Tempo de Justiça
Israel Grangeiro Landim	TJCE	Assistente da 13ª Vara Criminal
Dr. Julius Cesar Nogueira Torres	PEFOCE	Perícia Criminal
Gustavo Pereira	TJCE	SETIN TJCE
Carla Ponte	ViceGov	Agente de Informação do Tempo de Justiça
Dra. Teresa Cristina Cruz	PC	Delegada Adjunta
Francisco Taylon da Silva	ViceGov	ViceGov
Mônica Saraiva	ViceGov	ViceGov
Gustavo Moura Oliveira	ViceGov	Laboratório Ires
Gabriela Freitas da Silva	ViceGov	ViceGov
Larissa Helena Pereira Ostério	TJCE	5ª Vara do Júri



Encaminhamentos:

Reunião iniciada às 10h, com a presença dos representantes do comitê, e de convidados acima listados.

Iniciados os trabalhos, a Desembargadora Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves saudou e agradeceu a presença de todos. Em seguida, ressaltou a importância da colaboração de todos os parceiros, especialmente a Defensoria Pública e a Governadoria no mutirão de atualização de histórico de partes dos processos com tarja do Tempo de Justiça. Pontuou a importância da referida tarefa para o aprimoramento do painel e a fidelidade dos dados apresentados pelo mesmo.

Em seguida, colocou as atas das reuniões anteriores para a aprovação dos presentes.

Em seguida, a Desembargadora Ângela informou a todos que, em contato com o Presidente do TJCE, este afirmou que não era possível, no momento, a criação da 6ª Vara do Júri, como sugerido pelo PGJ. No entanto, o Presidente do TJCE acenou a possibilidade da criação de um grupo de apoio às Varas do Júri, com a nomeação de magistrados para auxiliar cada uma das unidades judiciárias. Neste momento, a Desembargadora solicitou que o Ministério Público e a Defensoria Pública adotassem as medidas que entendessem necessárias para contribuir com essa medida que, em breve, será implementada.

Em seguida, o Dr. Leonardo Moura informou que será difícil nomear um defensor para cada Vara, mas levará a demanda à Instituição.

Em seguida, a Desembargadora Ângela passou a palavra aos auxiliares Carla e Ivo para que eles informassem acerca dos trabalhos realizados nas Varas do Júri no mês de junho.

Em seguida, a sra. Carla e o sr. Ivo relataram acerca dos trabalhos realizados pelo grupo, ressaltando que foi feito um esforço para atualizar os históricos de partes dos processos das Varas do Júri. Destacaram que alguns casos especiais foram tratados com mais aprofundamento, como os casos de processos duplicados ou desmembrados.



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

Seguidamente, o sr. Paulo Ítalo apresentou o protótipo do novo painel, desenvolvido em conjunto pela TI da Governadoria, pela Comunicação do Governo do Estado e pelo Laboratório Íres. Informou que os dados apresentados, neste momento, são fictícios e estão abertos a sugestões de melhoria. Acrescentou que será necessário informar a relação de pessoas que terão acesso ao painel. Destacou que os trabalhos foram realizados no sentido de facilitar a disposição das informações para agilizar a interpretação dos dados exibidos pelo painel.

Incontinenti, a Desembargadora Ângela asseverou que verificou a lista atual de acesso ao painel e apontou que é necessário rever referidos acessos, pois muitas das pessoas que estão com acesso já não trabalham mais no Programa.

Logo depois, por videoconferência, o sr. Gustavo Moura Oliveira apresentou a proposta da nova interface do painel, fazendo um comparativo com o atual. Neste momento, várias sugestões foram apresentadas pelos presentes, com o escopo de melhorar ainda mais o protótipo. Nesta oportunidade, ressaltou que é possível aplicar as sugestões apresentadas pelo comitê, uma vez que o painel está na fase de desenvolvimento.

Foram exibidos alguns painéis gerais e outros específicos, debruçando-se, o grupo, na análise de cada um deles.

Nessa oportunidade, foi sugerido pela Desembargadora Ângela, que fosse disponibilizado pelo Karlos Raphael, no prazo de 15 dias, as lâminas dos painéis para que o Sr. Ivo pudesse entregar para cada instituição fazer sugestões de melhoria, inclusive, os magistrados das Varas do Júri.

Incontinenti, a Dra. Jacinta Inamar destacou a necessidade de manter a exibição no painel todos os eventos do histórico de partes para que cada unidade possa gerenciar, com maestria, seu acervo, o que foi aprovado por todos.

Empós, o sr. Gustavo Moura informou que é necessário compilar as sugestões de cada Instituição para evitar pedidos conflitantes.

Logo após, também foi apresentada a proposta de futuro painel para exibir um resumo dos dados do programa para o público em geral.

Posteriormente, a Desembargadora Ângela destacou que é necessário resolver o problema da logística envolvendo os inquéritos policiais que estão no ambiente de inquéritos, a fim de vinculá-los às cautelares incidentais.



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

Ato contínuo, o Dr. Ricardo Gonçalves informou que a demora em decidir as cautelares dificulta as investigações dos inquiridos. Solicitou a criação de um canal direto com as unidades para poder agilizar os feitos. A Dra. Marcia Pereira, nesta oportunidade, confirmou que seria necessária uma cobrança por parte deste grupo de trabalho, no que se refere aos processos inseridos neste Programa.

Sem demora, a Desembargadora Ângela afirmou que confeccionará um ofício-circular, direcionado aos juízes das Varas do Júri, solicitando atenção na celeridade das decisões das cautelares apresentadas, nos processos inseridos no programa, em razão da retomada dos trabalhos. Acrescentou, ainda, que em parceria com a Dra. Jacinta desenvolverão um relatório para possibilitar as cobranças das cautelares pendentes de cumprimento nas Unidades Judiciárias.

Depois, o sr. Gustavo Pereira, da SETIN reportou que, em razão da migração para o PJE, uma ferramenta está sendo desenvolvida, mas ainda será necessário, pelo menos 6 meses de desenvolvimento.

Seguidamente, o Dr. Ricardo Gonçalves informou que, atualmente, os delegados estão informando no inquirido ou na cautelar o número do processo anterior, mas em alguns casos, não é possível proceder dessa forma, sob pena de perda do objeto da cautelar.

Em seguida, o Dr. Julius Cesar, da PEFOCE, no que pertine ao acesso dos Magistrados, servidores, Defensores e Promotores ao Sistema Consulta Integrada, informou que encaminhou um e-mail indicando a forma de cada Unidade Judiciária solicitar o referido acesso. Nesta oportunidade, solicitou que fosse criado, dentro do painel, uma lâmina para acompanhar o cumprimento dos laudos pendentes, a fim de que a PEFOCE pudesse melhor contribuir para o programa.

Posteriormente, a Dra. Marcia Pereira sugeriu que houvesse uma conversa dos Magistrados do Juri com os Promotores do Júri, com o intuito de otimizar a escolha dos processos que irão ser pautados para sessões do Júri.

Logo após, a Desembargadora Ângela reportou ao grupo que, em reunião com a Vice-Governadora, foi discutida a necessidade de agendar o lançamento oficial do Programa, com a aba contento como destaque os feminicídios. Na oportunidade, a Dra. Jacinta Inamar ressaltou que seria importante selecionar casos emblemáticos para utilizá-los como exemplos, a fim de ressaltar a importância do Programa.

Posteriormente, o Dr. Leonardo Moura informou que pedirá sua substituição no presente programa, adiantando que apresentará o novo nome até a próxima reunião, fato este que gerou imensa lamentação por todos os presentes.

Seguidamente, a Dra. Teresa Cristina informou que a Polícia Civil ficou de apresentar a lista dos inqueritos que possuem medidas cautelares, mas, por segurança das investigações, a lista será entregue sem o número das cautelares.

Por fim, a Desembargadora Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves reforçou que as reuniões serão realizadas na última quinta-feira de cada mês, às 10h, na sala da ACM, no Fórum Clóvis Beviláqua. Agradeceu a presença de todos, destacou a importância do programa.

COMPROMISSOS:

#	Compromisso	Responsável
01	Karlos Raphael remeterá as lâminas do painel em 15 dias	Karlos Raphael
02	Ivo remeter as lâminas para as instituições (Judiciário, MP, DP e PC)	Ivo e Carla
03	Estudo de como melhorar o trâmite de inqueritos e medidas cautelares no ambiente de inqueritos	Des. Ângela e Dra. Jacinta
04	Acompanhamento dos e-mails de acesso ao Consulta Integrada da PEFOCE	Carla e Ivo
05	Acompanhamento diário do andamento através da atualização de histórico de partes dos processos com a tarja do tempo de justiça	Carla e Ivo
06	Ofício-circular, direcionado aos juízes das Varas do Júri, solicitando atenção na celeridade das decisões das cautelares apresentadas, nos processos inseridos no programa	Des. Ângela
07	Criação de uma lâmina, dentro do novo painel, para a PEFOCE acompanhar o andamento da confecção dos laudos periciais (pedido da PEFOCE)	TI

Em ato contínuo, não existindo outras manifestações, a reunião foi encerrada às 12h30min, pela Desembargadora Ângela, sendo agendada a próxima reunião para o dia **27 de julho de 2023, quinta-feira, as 10h00min, na Sala da Associação Cearense dos Magistrados - ACM.**

Lavrada a presente ata, foi a mesma enviada para o e-mail dos participantes e demais integrantes do comitê para conhecimento.